

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.650, DE 2001

Altera o art. 12 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o apoio financeiro da União no pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.

Autor: Deputado EDUARDO CAMPOS

Relator: Deputado CLEUBER CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.650, de 2001, do nobre Deputado Eduardo Campos, propõe alteração à Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742, de 1993 - para instituir o apoio financeiro aos Estados e Municípios para o custeio do pagamento do auxílio-natalidade e do auxílio-funeral.

Na justificação, o nobre autor argumenta da necessidade de apoio da União ao restabelecimento dos referidos benefícios, vez que a transferência do encargo do pagamento aos Estados e Municípios praticamente inviabilizou a sua continuidade.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De fato, os benefícios de auxílio-natalidade e auxílio-funeral eram prestações da Previdência Social, até o advento da Lei nº 8.213, de 1991, que regulamentou os benefícios previdenciários. A partir de então, houve apenas previsão de que seriam atribuição da Assistência Social.

O auxílio-natalidade era devido ao segurado da Previdência Social, por nascimento de filho, e correspondia inicialmente a um salário mínimo. O auxílio-funeral era pago à família ou ao executor do funeral do segurado e era equivalente a duas vezes o salário mínimo. Esses valores foram, entretanto, se deteriorando, a partir da instituição do salário de referência, que desvinculou os benefícios previdenciários do salário mínimo.

A Lei nº 8.213, de 1991 (arts. 140 e 141), trouxe sensíveis modificações a esses benefícios, quais sejam: 1) eram devidos somente aos segurados com renda de até três salários mínimos; 2) o valor do auxílio-natalidade ficou reduzido a 29% do salário mínimo e o do auxílio-funeral a 01 salário mínimo; 3) transferência do encargo à Assistência Social, devendo a Previdência responder pelo pagamento até a edição da Lei Orgânica da Assistência Social.

Dispondo sobre a matéria, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 1993) retirou a responsabilidade da União pelo pagamento desses benefícios. Ficou a cargo da União o pagamento do Benefício de Prestação Continuada aos idosos e aos portadores de deficiência; aos Estados, participação no custeio dos auxílios natalidade e funeral; e, aos Municípios, destinar recursos e efetuar o pagamento desses auxílios, segundo critérios a serem definidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (Arts. 12 a 15).

Diante da precariedade financeira com que se defrontam os Estados e Municípios brasileiros, praticamente restaram extintos esses benefícios, desmoronando-se uma conquista social de quatro décadas.

Importante, portanto, que se promova o resgate do direito aos auxílios natalidade e funeral, por meio da parceria da União com os Estados e Municípios na destinação de recursos para o seu pagamento.

A medida representará, sem dúvida alguma, apoio primordial às populações carentes, em situações de extrema necessidade, como o nascimento ou a morte de um dos familiares.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.650, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado CLEUBER CARNEIRO

Relator